

Nota do Autor À 1ª Edição	xvii
Nota do autor à 7ª Edição	xxi
Capítulo I - Sujeitos e Partes do Processo. A Comunicação dos Atos Processuais ao Acusado. Inatividade Processual. Do Assistente da Acusação.....	1
1. Sujeitos Processuais e a Problemática em Torno da (In)Existência de Partes no Processo Penal	1
2. Do Acusado. Citação, Notificação e Intimação Como Manifestações do Direito Fundamental ao Contraditório e à Ampla Defesa. Ausência Processual e Inadequação da Categoria “Revelia”	6
2.1. A Comunicação dos Atos Processuais como Manifestação do Contraditório e da Ampla Defesa.....	7
2.2. A Citação do Acusado. Garantia do Prazo Razoável. Requisitos e Espécies. Citação por Carta Precatória e Rogatória. Citação do Militar, do Servidor Público e do Réu Preso	9
2.2.1. Concessão ao Acusado do Tempo e dos Meios Adequados para a Preparação de sua Defesa	10
2.3. Citação Real e Ficta (Edital)	14
2.4. Citação com Hora Certa	16
2.5. (Re)Definindo Categorias. Inatividade Processual Real e Ficta do Réu. Ausência e Não-Comparecimento (réu não encontrado)	19
2.6. Aplicação do Art. 366 do CPP	19
2.6.1. Não-Comparecimento. Suspensão do Processo e da Prescrição. Problemática... ..	19
2.6.1.1. Aplicação Literal do Art. 366. Suspendendo o Processo e a Prescrição por Tempo Indeterminado. Recurso Cabível	21
2.6.1.2. Crítica à Suspensão Indefinida da Prescrição. Da Inconstitucionalidade à Ineficácia da Pena. O Esquecimento: Ameaçador, mas Necessário. A Prescrição como Direito ao Esquecimento Programado	23
2.6.1.3. Em Busca do Limite à Suspensão da Prescrição. As Diferentes Posições Teóricas e a Súmula 415 do STJ.....	26
2.6.2. A (Injustificável) Exclusão de Incidência do Art. 366 do CPP na Lei nº 9.613/98	30
2.6.3. Não-Comparecimento. Prisão Preventiva. Produção Antecipada de Provas	31
2.7. Aplicação do Art. 367 do CPP. Ausência. A “Condução Coercitiva” do art. 260 do CPP. Exigência de Ordem Judicial Fundamentada	33
2.8. Inadequação da Categoria “Revelia” no Processo Penal.....	36

2.9. Notificação e Intimação do Acusado. Contagem de Prazos	37
3. Assistente da Acusação	40
3.1. Natureza Jurídica. Legitimidade, Capacidade e Interesse Processual. Pode o Assistente Recorrer para Buscar Aumento de Pena? Crítica à Figura do Assistente da Acusação	40
3.2. Corréu Não Pode Ser Assistente. Risco de Tumulto e Manipulação Processual..	45
3.3. Momento de Ingresso do Assistente. Iniciativa Probatória. Pode o Assistente Arrolar Testemunhas?	46
3.4. Assistente Habilitado e Não-Habilitado. Recursos que Pode Interpor. Prazo Recursal	48

Capítulo II - Prisões Cautelares e Liberdade Provisória: A (In)eficácia da Presunção de Inocência..... 53

1. A Lei 12.403/2011 e as Reformas Pontuais no Processo Penal Brasileiro.	53
2. Presunção de Inocência e Prisões Cautelares: A Difícil Coexistência	56
3. Teoria das Prisões Cautelares	57
3.1. Fumus Boni Iuris e Periculum in Mora ? A Impropriedade desses Termos. Categorias do Processo Penal: Fumus Commissi Delicti e Periculum Libertatis	57
3.2. Medidas Cautelares e Não Processo Cautelar	59
3.3. Inexistência de um Poder Geral de Cautela. Ilegalidade das Medidas Cautelares Atípicas	60
4. Principiologia das Prisões Cautelares	62
4.1. Jurisdicionalidade e Motivação	63
4.2. Contraditório.....	64
4.3. Provisionalidade	66
4.4. Provisoriedade: Falta de Fixação do Prazo Máximo de Duração e do Reexame Periódico Obrigatório.....	67
4.5. Excepcionalidade	70
4.6. Proporcionalidade	73
5. Da Prisão em Flagrante. Medida de Natureza Pré-Cautelar. Análise das Espécies, Requisitos e Defeitos. Garantias Processuais e Constitucionais.....	75
5.1. Por que a Prisão em Flagrante não Pode, Por Si Só, Manter Alguém Preso? Compreendendo sua Pré-Cautelaridade.	75
5.2. Espécies de Flagrante. Análise do Art. 302 do CPP.....	80
5.3. Flagrante em Crime Permanente. A Problemática do Flagrante nos Crimes Habituais	84
5.4. (I)Legalidade dos Flagrantes Forjado, Provocado, Preparado, Esperado e Prote-lado (ou Diferido). Conceitos e Distinções. Prisão em Flagrante e Crimes de Ação Penal de Iniciativa Privada e Pública Condicionada à Representação	87
5.5. Síntese do Procedimento. Atos que Compõem o Auto de Prisão em Flagrante ..	91
5.6. Garantias Constitucionais e Legalidade da Prisão em Flagrante. Análise do Art. 306 do CPP.	93
5.7. A Decisão Judicial Sobre o Auto de Prisão em Flagrante. Aspectos Formais e Análise da Necessidade da Decretação da Prisão Preventiva	95
5.8. A Separação dos Presos Provisórios e a Prisão em Flagrante de Militar (Art. 300, parágrafo único)	98

5.9. Refletindo sobre a Necessidade do Processo Ainda que Exista Prisão em Flagrante: Contaminação da Evidência, Alucinação e Ilusão de Certeza.....	100
5.10. Relação de Prejudicialidade. Prestação de Socorro (Art. 301 da Lei 9503/97) e Prisão em Flagrante.....	103
6. Da Prisão Preventiva. Do Senso Comum à Análise dos Defeitos Fisiológicos.....	104
6.1. Momentos da Prisão Preventiva. Quem Pode Postular seu Decreto. Ilegalidade da Prisão Preventiva Decretada de Ofício. Violação do Sistema Acusatório e da Garantia da Imparcialidade do Julgador.....	104
6.2. Requisito da Prisão Preventiva: Fumus Commisssi Delicti . Juízo de Probabilidade de Tipicidade, Ilicitude e Culpabilidade.....	106
6.3. Fundamento da Prisão Preventiva: Periculum Libertatis . Análise a Partir do Senso Comum Doutrinário e Jurisprudencial.....	109
6.4. Análise dos Arts. 313 e 314 do CPP. Casos em que a Prisão Preventiva Pode ou Não ser Decretada.....	113
6.5. Análise Crítica do Periculum Libertatis . Resistindo à Banalização do Mal. Controle Judicial da (Substantial) Inconstitucionalidade da Prisão para Garantia da Ordem Pública e da Ordem Econômica. Defeito Genético.....	120
6.6. Prisão para Garantia da Ordem Pública. O Falacioso Argumento da “Credibilidade (ou Fragilidade?) das Instituições”. Risco de Reiteração. Crítica: Exercício de Vidência. Contraponto: Aceitação no Direito Comparado.....	126
6.7. Desconstruindo o Paradigma da (Cruel) Necessidade, Forjado pelo Pensamento Liberal Clássico. Alternativas à Prisão por “Conveniência da Instrução Criminal” e para o “Risco para Aplicação da Lei Penal”.....	129
6.8. Das Medidas Cautelares Diversas (ou Medidas Alternativas à Prisão Preventiva). ..	134
6.8.1. Requisito, Fundamento e Limites de Incidência das Medidas Cautelares Diversas.....	134
6.9. Da Prisão (Cautelar) Domiciliar.....	148
6.10. Decretação ou Manutenção da Prisão Preventiva quando da Sentença Penal Condenatória Recorrível ou da Decisão de Pronúncia.....	149
6.11. Prisão Preventiva e Recursos Especial e/ou Extraordinário. Inexistência de Prisão Obrigatória. Ausência de “Efeito Suspensivo” e a Inadequada Transmissão de Categorias do Processo Civil.....	155
7. Da Prisão Temporária.....	159
7.1. Duração da Prisão Temporária. Prazo com Sanção.....	162
7.2. Especificidade do Caráter Cautelar. Análise do Fumus Commisssi Delicti e do Periculum Libertatis . Crítica à “Imprescindibilidade para as Investigações Policiais”	163
8. Prisão Especial. Especificidades da Forma de Cumprimento da Prisão Preventiva. Inexistência de Prisão Administrativa e Prisão Civil.....	167
9. Liberdade Provisória. O Novo Regime Jurídico da Fiança.....	172
9.1. Definindo Categorias: Relaxamento, Revogação da Prisão Cautelar e Concessão da Liberdade Provisória.....	173
9.2. Regime Jurídico da Liberdade Provisória.....	175
9.3. Da Fiança.....	177
9.4. Valor, Reforço, Dispensa, Destinação, Cassação, Quebramento e Perda da Fiança... ..	180

9.5. Crimes Inafiançáveis e Situações de Inafiançabilidade. Ausência de Prisão Cautelar Obrigatória. Concessão de Liberdade Provisória sem Fiança e com Imposição de Medidas Cautelares Diversas.....	185
9.6. Ilegalidade da Vedação à Concessão de Liberdade Provisória. Possibilidade em Crimes Hediondos e Equiparados. Nova Lei de Tóxicos, Estatuto do Desarmamento e Lei nº 9.613 (Lavagem de Dinheiro)	188
Capítulo III - Das Medidas Assecuratórias (Ou das Medidas Cautelares Reais)	191
1. Explicações Iniciais.....	191
2. Do Sequestro de Bens Imóveis e Móveis.....	193
2.1. Requisito. Legitimidade. Procedimento. Embargos do Imputado e de Terceiro...	193
2.2. Distinção entre Sequestro de Bens Móveis e a Busca e Apreensão. A Confusa Redação do Art. 132 do CPP.....	199
3. Hipoteca Legal e Arresto Prévio de Imóveis. Bens de Origem Lícita.....	200
4. Arresto de Bens Móveis. Origem Lícita. Art. 137 do CPP	202
5. Medidas Cautelares Reais: Demonstração da Necessidade e da Proporcionalidade. Problemática Não Enfrentada.....	203
Capítulo IV - Morfologia dos Procedimentos	207
1. Introdução: Sumária (Re)Cognição da Santa Trindade do Direito Processual Penal.....	207
2. Tentando Encontrar uma Ordem no Caos	209
3. Análise da Morfologia dos Principais Procedimentos	212
3.1. Rito Ordinário.....	213
3.1.1. Considerações Gerais. Morfologia. Quando Ocorre o Recebimento da Acusação? (Ou a Mesóclise da Discórdia...)	213
3.1.2. A Audiência de Instrução e Julgamento	219
3.2. Rito Sumário	222
3.3. Rito Especial: Crimes Praticados por Servidores Públicos Contra a Administração em Geral	223
3.4. Rito Especial: Crimes Contra a Honra.....	226
3.5. Rito Especial da Lei de Tóxicos (Lei nº 11.343/06)	229
3.6. Os Juizados Especiais Criminais (JECrim) e o Rito Sumaríssimo da Lei nº 9.099.....	234
3.6.1. Competência dos Juizados Especiais Criminais Estaduais e Federais	234
3.6.2. Limite de Pena e Competência do JECrim. Causas de Aumento e de Diminuição de Pena. Concurso de Crimes: Material, Formal e Continuado.....	236
3.6.3. Composição dos Danos Cíveis e suas Consequências.....	239
3.6.4. Transação Penal	241
3.6.4.1. E se o Ministério Público Não Oferecer a Transação Penal?	245
3.6.4.2. Cabimento da Transação Penal em Ação Penal de Iniciativa Privada	246
3.6.4.3. Descumprimento da Transação Penal	248
3.6.5. Suspensão Condicional do Processo.....	250
3.6.5.1. Considerações Introdutórias sobre a Suspensão Condicional do Processo ...	250
3.6.5.2. Alcance e Aplicação da Suspensão Condicional do Processo. Cabimento em Crimes de Ação Penal de Iniciativa Privada. Requisitos. Momento de Oferecimento	253
3.6.5.3. Suspensão Condicional do Processo e a Desclassificação do Delito: Aplicando a Súmula nº 337 do STJ	258

3.6.5.4. O Período de Provas e o Cumprimento das Condições. Causas de Revo- gação da Suspensão Condicional do Processo	260
3.6.5.5. Procedimento no Juizado Especial Criminal	265
3.6.5.5.1. Fase Preliminar. Alteração da Competência Quando o Acusado Não é Encontrado. Demais Atos	265
3.6.5.5.2. Rito Sumariíssimo	269
3.6.5.5.3. Recursos e Execução	271
3.7. Crítica ao Sistema de Justiça Negociada	271
3.8. Rito dos Crimes da Competência do Tribunal do Júri	279
3.8.1. Competência e Morfologia do Procedimento	279
3.8.2. O Procedimento Bifásico. Análise dos Atos	280
3.8.2.1. Primeira Fase: Atos da Instrução Preliminar	281
3.8.2.1.1. Decisão de Pronúncia. Excesso de Linguagem. O Problemático <i>In</i> <i>Dubio Pro Societate</i> . Princípio da Correlação. Crime Conexo. Prisão Cautelar. Intimação da Pronúncia	285
3.8.2.1.2. Decisão de Impronúncia. Problemática Situação de Incerteza	296
3.8.2.1.3. Absolvição Sumária (Própria e Imprópria)	298
3.8.2.1.4. Desclassificação na Primeira Fase (Própria e Imprópria) e em Plen- nário	302
3.8.2.2. Segunda Fase: Da Preparação do Processo para Julgamento em Plená- rio. Relatório. Crítica a que “Qualquer Juiz” Presida o Feito. Alistamen- to dos Jurados	305
3.8.2.2.1. Do Desaforamento e Reaforamento. Dilação Indevida e (De)Mora Jurisdicional. Pedido de Imediata Realização do Julgamento	308
3.8.2.2.2. Obrigatoriedade da Função de Jurado. Isenção. Alegação de Impedi- mento. Recusa de Participar e Ausência na Sessão. Serviço Alterna- tivo. Problemática	313
3.8.2.2.3. A Sessão do Tribunal do Júri. Constituição do Conselho de Senten- ça. Direito de Não Comparecer. Recusas e Cisão. Instrução em Plen- nário. Leitura de Peças e Proibições. Uso de Algemas. Debates	315
3.8.2.2.4. Juntada de Documentos para Utilização em Plenário. Antecedência Mínima. O Problema das Manobras e Surpresas	322
3.8.2.2.5. Considerações Sobre os Quesitos. Teses Defensivas. Desclassificação Própria e Imprópria	324
3.8.2.2.6. Da Sentença Condenatória e Absolutória. Problemas em Torno dos Efeitos Cíveis. A Prisão Preventiva	333
3.9. Crítica ao Tribunal do Júri: da Falta de Fundamentação das Decisões à Negação da Jurisdição	340
3.10. Uma Alternativa Interdisciplinar ao Tribunal do Júri: O Escabinato	347

**Capítulo V - Decisões Judiciais e sua (Necessária) Motivação. Superando o Paradigma
Cartesiano. Princípio da Correlação (Congruência). Coisa Julgada.....** 351

1. <i>Dikelogía</i> : La Ciencia de la Justicia	351
2. Controle da Racionalidade das Decisões e Legitimação do Poder	354
2.1. Invalidez Substancial da Norma: Quando o Juiz se Põe a Pensar e Sentir	357

2.2. A Superação do Dogma da Completude Jurídica. Quem nos Protege da Bondade dos Bons?	359
2.3. À Guisa de Conclusões Provisórias: Rompendo o Paradigma Cartesiano e Assumindo a Subjetividade no Ato de Julgar, Mas Sem Cair no Decisionismo	362
3. Decisão Penal: Análise dos Aspectos Formais	370
3.1. Estrutura Externa da Sentença. A Sentença Condenatória	373
3.2. Pode(ria) o Juiz Condenar Quando o Ministério Público Requerer a Absolvição? O Eterno Retorno ao Estudo do Objeto do Processo Penal e a Necessária Conformidade Constitucional. A Violação da Regra da Correlação	376
4. Princípio da Congruência (ou Correlação) na Sentença Penal	378
4.1. A Imutabilidade da Pretensão Acusatória. Recordando o Objeto do Processo Penal	378
4.2. Princípio da Correlação ou Congruência: Princípios Informadores. A Importância do Contraditório e do Sistema Acusatório	380
4.3. A Complexa Problemática da <i>Emendatio Libelli</i> – Art. 383 do CPP Para Além do Insuportável Reducionismo do <i>Axioma Narra Mihi Factum, Dabo Tibi Ius</i> . Rompendo os Grilhões Axiomáticos	383
4.4. É Possível Aplicar o Art. 383 Quando do Recebimento da Denúncia?	392
4.5. <i>Mutatio Libelli</i> – Art. 384 do CPP. O Problema da Definição Jurídica Mais Favorável ao Réu e a Ausência de Aditamento	394
4.6. Mutações: de Crime Doloso Para Culposos; Tentado para Consumado; Autor para Partícipe e Vice-Versa. Necessidade de <i>Mutatio Libelli</i>	398
4.7. As Sentenças Incongruentes. As Classes de Incongruência. Nulidade	402
5. Coisa Julgada Formal e Material	404
5.1. Limites Objetivos e Subjetivos da Coisa Julgada	407
5.2. Algumas Questões em Torno da Abrangência dos Limites da Coisa Julgada. Circunstâncias e Elementares não Contidas na Denúncia. O Problema do Concurso de Crimes. Concurso Formal, Material e Crime Continuado. Crime Habitual. Consumação Posterior do Crime Tentado	408

Capítulo VI - Atos Processuais Defeituosos e a Crise da Teoriadas Invalidades (Nulidades). A Forma como Garantia	415
1. Introdução. Meras Irregularidades e Atos Inexistentes	415
2. Nulidades Absolutas e Relativas. Construção dos Conceitos a Partir do Senso Comum Teórico e Jurisprudencial	418
2.1. Nulidades Absolutas. Definição	418
2.2. Nulidades Relativas. Definição(?)	419
2.3. A Superação da Estrutura Legal Vigente. Nulidades Cominadas e Não Cominadas. Arts. 564, 566 e 571 do CPP	420
2.4. Teoria do Prejuízo e Finalidade do Ato. Cláusulas Genéricas. Manipulação Discursiva. Crítica	422
3. Análise a Partir das Categorias Jurídicas Próprias do Processo Penal e da Necessária Eficácia do Sistema de Garantias da Constituição	425
3.1. Crítica à Classificação em Nulidades Absolutas e Relativas	425

3.2. A Serviço de Quem Está o Sistema de Garantias da Constituição? A Tipicidade do Ato Processual. A Forma como Garantia. Convalidação (?). Nulidade Não é Sanção.....	427
3.3. (Re)Pensando Categorias a Partir dos Conceitos de Ato Defeituoso Sanável ou Insanável. Sistema de Garantias Constitucionais. Quando o Feito com Defeito tem de ser Refeito	432
3.4. Princípio da Contaminação. Defeito por Derivação. A Indevida Redução da Complexidade. Arts. 573 e 567 do CPP	435
3.5. Atos Defeituosos no Inquérito Policial. Novamente a Excessiva Redução de Complexidade a Serviço da Cultura Inquisitória.....	438
3.6. Para Facilitar a Compreensão das Categorias: Rápidos Exemplos do Tratamento dos Atos Defeituosos. Súmulas do STJ e do STF Pertinentes	442

Capítulo VII - Teoria dos Recursos no Processo Penal (ou as Regras para o Juízo sobre o Juízo)

1. Introdução. Fundamentos, Conceitos e Natureza Jurídica	449
2. O Princípio do Duplo Grau de Jurisdição: Direito Fundamental? (In)Aplicabilidade nos Casos de Competência Originária dos Tribunais	453
3. Classificando os Recursos: Ordinários e Extraordinários; Totais e Parciais; Fundamentação Livre ou Vinculada; Verticais e Horizontais; Voluntários e Obrigatórios. Crítica ao Recurso 'de Ofício'	456
4. Efeitos Devolutivo e Suspensivo. Conceitos e Crítica. Inadequação de Categorias Diante dos Valores em Jogo no Processo Penal	461
5. Princípios do Processo Penal e sua Incidência na Fase Recursal	464
5.1. Princípio da Jurisdicionalidade e Sistema Recursal	464
5.2. Princípio Acusatório e Sistema Recursal	465
5.3. Presunção de Inocência e Sistema Recursal	466
5.4. Contraditório e Direito de Defesa no Sistema Recursal	466
5.5. Motivação das Decisões Judiciais e Sistema Recursal	467
6. Regras Específicas do Sistema Recursal.....	469
6.1. Fungibilidade	470
6.2. Unirrecorribilidade.....	471
6.3. Motivação dos Recursos.....	472
6.4. Proibição da <i>Reformatio in Pejus</i> e a Permissão da <i>Reformatio in Mellius</i> . Problemática em Relação aos Julgamentos Proferidos pelo Tribunal do Júri.....	472
6.5. <i>Tantum Devolutum Quantum Appellatum</i>	476
6.6. Irrecorribilidade dos Despachos de Mero Expediente e das Decisões Interlocutórias (Simples)	477
6.7. Complementaridade Recursal.....	479
6.8. (In)Disponibilidade dos Recursos	479
6.9. Extensão Subjetiva dos Efeitos dos Recursos	480
7. Interposição. Tempestividade. Preparo na Ação Penal de Iniciativa Privada. Deserção...	482
8. Requisitos Objetivos e Subjetivos dos Recursos. Crítica à Transposição das Condições da Ação e Pressupostos Processuais	489
9. Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito	496

10. Para Refletir: O (Des)Cabimento da Intervenção do Ministério Público em Segundo Grau.....	498
Capítulo VIII - Dos Recursos no Processo Penal: Espécies	503
1. Do Recurso em Sentido Estrito	503
1.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos do Recurso em Sentido Estrito	503
1.1.1. Requisitos Objetivos: Cabimento, Adequação, Tempestividade e Preparo ...	504
1.1.1.1. Cabimento e Adequação.....	504
1.1.1.2. Tempestividade e Preparo	514
1.1.2. Requisitos Subjetivos: Legitimação e Gravame.....	515
1.2. Efeitos do Recurso em Sentido Estrito.....	516
1.3. Aspectos Relevantes do Procedimento. Efeitos.....	517
2. Do Recurso de Apelação	520
2.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos da Apelação	520
2.1.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos.....	521
2.1.1.1. Cabimento e Adequação.....	521
2.1.1.2. Tempestividade. Legitimidade. Gravame. Preparo. Processamento da Apelação.....	538
2.2. Efeitos Devolutivo e Suspensivo. O Direito de Apelar em Liberdade.....	543
3. Embargos Infringentes e Embargos de Nulidade	547
3.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos	549
3.2. O Problema da Divergência Parcial. Interposição Simultânea do Recurso Especial e Extraordinário?	552
3.3. Efeitos Devolutivo e Suspensivo	556
4. Embargos Declaratórios.....	557
4.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos	559
4.2. Efeitos Devolutivo, Suspensivo e Modificativo (Infringentes)	561
5. Do Agravo em Execução Penal	564
5.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos	567
5.2. Aspectos Procedimentais. Formação do Instrumento e Efeito Regressivo	569
5.3. Efeito Devolutivo e Suspensivo	570
6. Da Carta Testemunhável.....	570
7. Dos Recursos Especial e Extraordinário	573
7.1. Requisitos Objetivos e Subjetivos	574
7.1.1. Cabimento e Adequação no Recurso Especial	574
7.1.2. Cabimento e Adequação no Recurso Extraordinário.....	580
7.1.3. Demais Requisitos Recursais: Tempestividade, Preparo, Legitimidade e Interesse Recursal (Gravame)	588
7.2. A Exigência do Pré-questionamento	590
7.3. A Demonstração da Repercussão Geral no Recurso Extraordinário. Reprodução em Múltiplos Feitos.....	593
7.4. Efeito Devolutivo e Suspensivo. Um Reducionismo a Ser Superado: Prisão Automática nos Recursos Especial e Extraordinário por Ausência de ‘Efeito Suspensivo’?.....	598
7.5. Do Recurso Extraordinário com Agravo. Do Agravo em Recurso Especial.	604

7.6. Quadro Esquemático dos Recursos Especial e Extraordinário.....	608
7.7. Principais Súmulas do STJ e STF sobre os Recursos Especial e Extraordinário...	609
Capítulo IX - Ações de Impugnação: Revisão Criminal. Habeas Corpus. Mandado de Segurança	613
1. Revisão Criminal	613
1.1. Cabimento. Análise do art. 621 do CPP.....	614
1.2. Prazo. Legitimidade. Procedimento	621
1.3. Limites da Decisão Proferida na Revisão Criminal. Da Indenização.....	624
2. <i>Habeas Corpus</i>	628
2.1. Uma (Re)Leitura Histórica do <i>Habeas Corpus</i> : Os Antecedentes do Direito Aragonês	628
2.2. Antecedentes Históricos no Brasil e Considerações Iniciais	631
2.3. Natureza Jurídica.....	632
2.4. Objeto	633
2.5. Cabimento – Análise dos arts. 647 e 648 do CPP. Habeas Corpus Preventivo e Liberatório.....	634
2.5.1. O <i>Habeas Corpus</i> como Instrumento de <i>Collateral Attack</i>	642
2.5.2. O <i>Habeas Corpus</i> Contra Ato de Particular	643
2.5.3. <i>Habeas Corpus</i> Preventivo	644
2.6. Competência. Legitimidade. Procedimento.....	646
2.7. Recurso Ordinário Constitucional em <i>Habeas Corpus</i>	656
2.8. Súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre o <i>Habeas Corpus</i>	659
3. Mandado de Segurança em Matéria Penal.....	660
3.1. Considerações Prévias.....	660
3.2. Natureza Jurídica	662
3.3. Objeto e Cabimento. Direito Líquido e Certo.....	663
3.4. Legitimidade Ativa e Passiva. Competência	667
3.5. Breves Considerações sobre o Procedimento.....	668
Bibliografia.....	671
Índice Remissivo	691